

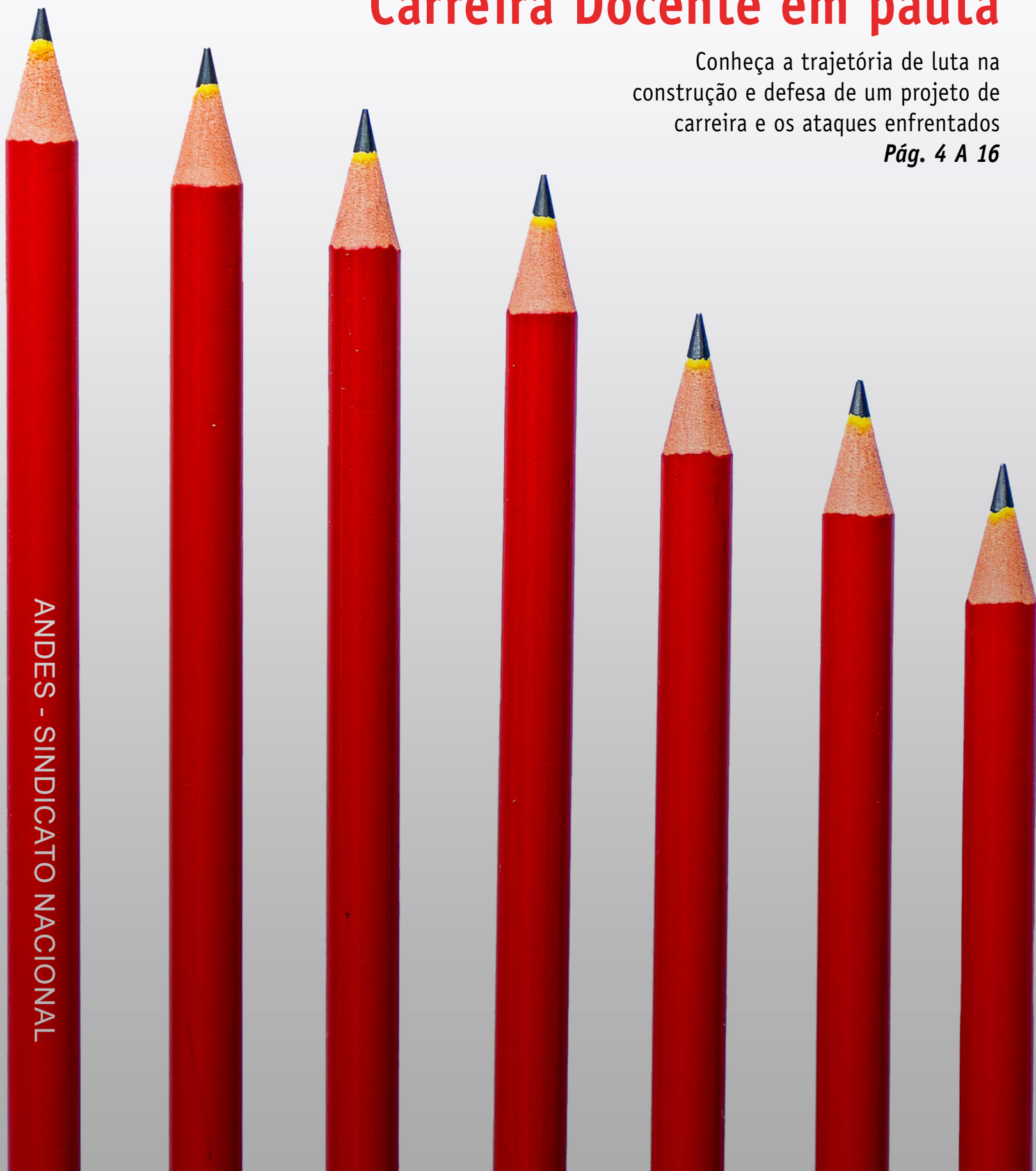


QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

Carreira Docente em pauta

Conheça a trajetória de luta na construção e defesa de um projeto de carreira e os ataques enfrentados

Pág. 4 A 16



Esta edição do InformANDES de Outubro de 2023 estava pronta para publicação quando recebemos uma notícia triste e abrupta, na manhã de 27 de outubro: tínhamos perdido a companheira Marinalva Oliveira, professora da UFRJ e ex-presidenta do ANDES-SN. A contribuição de Marinalva Oliveira para a história de nosso sindicato é imensurável: participando assiduamente de eventos deliberativos e não-deliberativos do Sindicato Nacional, compondo Grupos de Trabalho, elaborando e assinando propostas de resoluções, Marinalva deixou contribuições decisivas para o nossa entidade.

A militância sindical guiada por princípios e orientada para a defesa de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada foi a marca da militância de Marinalva. Essa postura coerente foi decisiva no período (2012-2014) em que foi presidente do sindicato, uma gestão que começou durante uma das maiores greves de universidades, institutos federais e Cefet. Marinalva também foi importante na elaboração de boa parte da política de combate ao capacitismo. Por estas razões e várias outras, sentiremos muito a sua falta.

Parte importante da militância de Marinalva esteve orientada para a defesa

de uma Carreira Docente estruturada e construída a partir de um projeto de universidade e de educação. Este é o tema central deste InformANDES.

A defesa da Carreira Docente tem especial importância neste momento, em que as entidades, que atuam no Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), pressionam para que as mesas de negociação com o governo federal realmente funcionem. Desde 02 de janeiro, quando foi protocolada a pauta da Campanha Salarial 2024 do Fonasefe, houve um importante avanço com o estabelecimento de mesas específicas, entre elas aquela que trata da Carreira do Magistério Federal.

A campanha federal se dá em um contexto, no qual em diferentes regiões do país, setores do movimento docente de universidades estaduais lutam junto aos governos estaduais para defender a carreira de professores e professoras. Esta luta vem se traduzindo em processos grevistas no Maranhão e no Paraná, assim como importantes paralisações em São Paulo, Bahia e Pará.

A conjuntura mostra que enfrentamos inúmeras tentativas de desmonte da carreira e, por isso, é fundamental colocá-la no centro do movimento docente. Defender a carreira é defender o trabalho docente e o projeto de

universidade em consonância com os princípios do caderno 2 do ANDES-SN.

A defesa da carreira única para todas e todos os docentes das IES; a prioridade do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva; o respeito à indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; o ingresso exclusivamente por concurso público; paridade na remuneração e nos direitos entre ativos e aposentados; e a defesa de um Regime Jurídico único são algumas das principais propostas de nosso projeto de carreira. Este se materializou na proposta de Projeto de Lei, que foi aprovada em nosso congresso de 2011, em Uberlândia (MG).

Lutamos por uma carreira digna e que nos possibilite exercer o trabalho docente de forma coerente com a defesa de uma universidade pública, gratuita, socialmente referenciada e pautada nos anseios da juventude e da classe trabalhadora.

Por uma mesa específica de carreira docente que verdadeiramente negocie a partir dos parâmetros contidos em nosso Projeto de Lei de Carreira Única para professor Federal!

Pelo estabelecimento de negociações em todos os estados para atender às reivindicações das diversas universidades! Carreira única, já!

Marinalva presente! Hoje e sempre!



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Letícia Figueiredo DrT 4124/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN / Arquivo ANDES-SN / Banco de imagens públicas

Nota de pesar pelo falecimento da professora Marinalva Silva Oliveira



Consternadas, consternades e consternados, manifestamos nosso imenso pesar e dor com a notícia do falecimento da imensa companheira Marinalva Oliveira, professora da UFRJ e de todas e todos nós.

Marinalva foi Presidenta do ANDES-SN no mandato da diretoria biênio 2012-2014, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Laboratório de Inclusão, Mediação Simbólica e Aprendizagem. Atuava principalmente nos temas relacionados ao capacitismo, desenvolvimento e construção de conhecimento em crianças com Síndrome de Down, e políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência intelectual.

Marinalva foi não só presidenta do nosso Sindicato Nacional, como também uma das suas mais reconhecidas dirigentes. Teve e tem um papel decisivo na construção de uma série de processos de suma relevância à nossa categoria, onde podemos destacar a direção da grande greve de 2012 e lugar de destaque na greve de 2015, ambas envolvendo o setor das Federais.

Marinalva marcou sua trajetória junto à nossa categoria guiada, aos sabores das melhores lições de Che Guevara, pela firmeza de propósitos e princípios - indispensáveis à defesa de nossa classe, de nossa categoria e de nosso sindicato

-, sem deixar de lado a ternura e o cuidado, indispensáveis no preservar de boas relações pessoais e políticas.

Marinalva nos ensinou, na luta, o quanto o sindicato deve se amparar na autonomia e na independência para seguir forte em suas tarefas de transformação social.

Marinalva nos ensinou, na luta, o quanto que nós todas, todes e todos, bem como nossa entidade, deve se voltar ao enfrentamento do capacitismo, mazela que estruturalmente constitui a ordem social capitalista e que queremos por fim.

Marinalva nos ensinou, na luta, que “lugar de mulher é onde ela quiser”.

Marinalva nos ensinou, na luta, que a pluralidade de ideias e práticas é sinal de riqueza e dinâmica de uma entidade, e que todos os nossos embates devem se dar balizados no respeito.

Marinalva nos ensinou, na luta, que nosso lugar de militantes não se resume aos momentos em que ocupamos direções de entidades, e que também ele transborda os nossos espaços de trabalho. Quanto a isso, ainda nesse breve período em que a atual diretoria conduz o ANDES-SN, somos testemunhas dos inúmeros enfrentamentos em que contamos com a companheira na linha de frente, destacando a luta contra o “Priva UFRJ” e pelo fim da lista tríplice para eleição de

dirigentes nas IES, sempre amparando-nos nos primados de nosso Caderno 2.

Marinalva foi mãe, militante e sempre dedicou sua vida à luta. Antes de atuar no ANDES-SN, participou ativamente no movimento sindical dos bancários e, especialmente nos últimos anos, nos espaços do Sindicato Nacional, se preocupou em dar centralidade ao importante debate da luta anticapacitista e contribuiu para diversos avanços nas nossas bandeiras e pautas nos Grupos de Trabalho de Políticas Educacionais e de Políticas de Classe, Gênero, Questões Étnico-raciais e Diversidade Sexual.

Ao Andrew, Andressa e Gabriel, transmitimos nosso imenso abraço a toda família.

Marinalva, professora titular, sindicalista, mãe e companheira, te lembraremos sempre! Não mediremos esforços para entoar teu nome e seu exemplo de luta enquanto o ANDES-SN for ferramenta para enfrentamento da exploração e opressão, e depois disso, como um dos grandes nomes que nos sustentaram na construção de um mundo novo.

O ANDES-SN se encontra em luto - substantivo e verbo - pela memória de Marinalva Oliveira, que não deixaremos de lembrar um segundo sequer.

Marinalva, presente! Hoje e sempre!
Brasília (DF) 27 de outubro de 2023
Diretoria do ANDES-SN

35 anos da Constituição Federal e o papel do ANDES-SN

Nos anos 1980, o ANDES-SN teve papel fundamental na organização dos movimentos da Educação na Constituinte, que construíram um projeto de educação pública que, mais tarde, teve seus princípios inscritos na Constituição Federal (CF) de 1988, a qual completou 35 anos no dia 5 de outubro. A atuação do Sindicato Nacional se deu por meio do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública na Constituinte, articulado com outras entidades. O Fórum teve origem em 1987, nas Conferências Brasileiras da Educação (CBE).

As CBE foram um espaço de redemocratização da sociedade brasileira, de reorganização do campo da Educação, com análise e formulação de políticas públicas. Uma série de conferências foi realizada entre 1980 e 1991. Destaca-se a IV CBE, em 1986, que reuniu mais de cinco mil educadores e educadoras de todo o país e culminou na “Carta de Goiânia”. Entre os princípios contidos na Carta, estão: o dever do Estado na garantia do direito de todos à educação pública, gratuita, de qualidade e laica, em todos os níveis de ensino; a garantia de uma carreira nacional do magistério com provimento de cargos por concurso; piso nacional; condições satisfatórias de trabalho e direito à sindicalização.

“A nossa participação nas grandes lutas nacionais, junto com entidades como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa),

a presença no Comitê Nacional Pró-Diretas, no Fórum Nacional da Educação na Constituinte, na Frente Nacional de Entidades Sindicais, Democráticas e Populares na Constituinte, no Comando Nacional dos Trabalhadores em Estatais e Funcionários Públicos; nossa contribuição na elaboração por meio da proposta das ADs (Associações Docentes das Universidades Estaduais) e da ANDES para a universidade brasileira e a Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte, de propostas para a educação; tudo isso foi decisivo para que, dois anos depois, já em clima de Constituinte e com base em grande mobilização nacional, tenha sido possível conquistar a carreira única de todas as universidades federais autárquicas e fundacionais e a Lei da Isonomia e Aposentadoria Especial”, conta Marina Barbosa, ex-presidenta do ANDES-SN durante os anos 2004 a 2006 e 2010 a 2012, e docente da UFJF.

Em 1988, o 7º Congresso Nacional da ANDES considerou como prioridade a luta em defesa do Ensino Público e Gratuito na Constituição e na futura Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. A atuação da categoria docente, no processo da Constituinte, garantiu avanços fundamentais como o artigo 207, que assegura, nas universidades públicas, a indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão e a autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial.

Marina lembra que a luta e a organização coletiva possibilitaram a conquista de elementos estruturantes para o projeto de universidade que o movimento docente discutia e construía, já que se tinha a compreensão de que a carreira única do magistério superior era, e ainda é, um fator central na estruturação do ensino superior. “O Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE instituído pelo Decreto nº 94.664 de 23 de junho de 1987, em atendimento a dispositivos da Lei nº 7.596 de 10 de abril do mesmo ano (Lei de Isonomia), foi a vitória política de um projeto de universidade organizado sobre valores consignados na Constituição de 1988”, comemora.

A promulgação da Constituição Federal assegurou também o direito à sindicalização às servidoras e aos servidores públicos. Reunidos no II Congresso Extraordinário, em novembro de 1988, a categoria deliberou pela transformação da ANDES (que até então tinha caráter de associação) em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - o ANDES-SN.

Linha do tempo da conjuntura política no período de luta pela carreira docente

• Militares assumem o governo do país, após o golpe que depôs o presidente João Goulart, eleito democraticamente em 1961.



1967

• Governo Militar edita o Ato Institucional nº 5, dando início ao mais duro período da Ditadura no país.

1964



1968



• Presidente Castelo Branco edita o Decreto-lei nº 200, que permite a estruturação das carreiras do funcionalismo público federal.

Professor Miraglia fala da experiência na Constituinte e da necessidade de ampliar a luta em defesa da educação pública

Francisco Miraglia, professor titular aposentado do Departamento de Matemática da Universidade de São Paulo (USP), foi um dos docentes que participou da elaboração da plataforma de educação para a Constituinte, em 1987. Miraglia era um dos coordenadores do Grupo de Trabalho (GT) de Política Educacional do ANDES-SN – à época a ANDES - Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior. “Fizemos uma proposta para a educação brasileira para constar na Constituição de 1988. Essa proposta foi redigida e remetida para as bases. E no VI Congresso de Goiânia/GO (janeiro de 1987), foi finalmente votada e finalizada e então apresentada ao Congresso Nacional”, conta o docente, que ocupou diferentes cargos na Adusp Seção Sindical do ANDES-SN e também participou de diversas gestões do Sindicato Nacional.

Na opinião de Miraglia, a contribuição do ANDES-SN, junto com outras entidades, foi fundamental no processo. “Digamos que fomos os ‘puxadores’ dessa história articulada dentro do Congresso Nacional. Diria que, naquela época, fomos parcialmente bem-sucedidos. O professor Florestan Fernandes era deputado federal constituinte e abraçou a proposta. Uma proposta que vinha da sociedade, mas

que no fundo era baseada naquilo que o ANDES-SN havia construído, através das deliberações do seu Congresso. A proposta para a universidade brasileira do Sindicato Nacional está no Caderno 2”, informa.

Mobilização intensa

O professor observa que, passados 35 anos da Constituição Federal (CF) de 1988, os sucessivos governos não levaram o plano nacional de educação a sério e é necessário ampliar as mobilizações. “Não levam o plano nacional de educação a sério, como a parte do mínimo de investimento em educação anual por parte do Estado, não é uma questão de governo, é questão de Estado”, critica.

Para Miraglia, um dos desafios atuais é a retomada da habilidade de organização coletiva das categorias dos servidores públicos federais para provocar e sensibilizar a sociedade sobre os diversos retrocessos ao longo dos anos. “Se a capacidade de mobilização diminuiu, avançam as propostas conservadoras, propostas neoliberais. Naquela época foi muito importante a organização coletiva. A nossa experiência nessa história nos ensina que precisamos do trabalho intelectual, produção de documentos, e ampliar o diálogo com a população. A defesa do ANDES-SN não é apenas das universidades e do ensino técnico e científico, mas a defesa de direitos sociais que nós consideramos

inalienáveis da população brasileira, como saúde e educação. O principal desafio, portanto, é conseguir fazer crescer a educação pública e gratuita, direitos de todos e de todas, e financiada pelo Estado. É a defesa dos direitos fundamentais da população. Para conseguir fazer isso precisamos de mobilização”, analisa.

Pensamento crítico

O direito à educação é a base para a emancipação e o desenvolvimento crítico dos atores sociais. Na avaliação de Miraglia, está se configurando no Brasil a formação de duas castas, com dois grupos distintos de indivíduos na sociedade. “Temos a casta dos chamados ‘ilustrados’, que terão eventualmente uma educação de melhor qualidade; e uma casta que conta com a maior parte da população, que não terá a capacidade do pensamento crítico e será treinada. É isso que a reforma do ensino básico está propondo. Uma casta meio acrílica que vai servir de exploração. A questão central é que o capitalismo tem como perspectiva a exploração do trabalho para conseguir a expropriação dos meios de sustento e o capital. Isso é um desafio que precisamos enfrentar com toda força, com uma perspectiva realista e de combate”, reforçou.



1970

• Médici assina a Lei nº 5645, que cria a carreira do Grupo Magistério do Serviço Civil da União.

• Presidente Geisel promulga a Lei nº 6182, que estabelece incentivos funcionais para a carreira docente.

1974



1979

• General Figueiredo promulga a Lei da Anistia, que permite o retorno de muitos exilados políticos ao país.

Luta por **carreira docente** remonta à década de 70

A luta por uma carreira docente estruturada, implementada tanto nas instituições públicas federais, estaduais e municipais, quanto em instituições particulares remonta à década de 1970.

As carreiras de pessoal das autarquias federais foram estruturadas durante a Ditadura empresarial-militar, em decorrência do Decreto-lei 200, de 1967. Entre elas, existia a carreira do Grupo Magistério do Serviço Civil da União, organizada pelas diretrizes fixadas pela Lei 5645 de 1970, implementada em pleno governo Médici. Assim, ficou para trás a Cátedra Vitalícia e foram constituídas as classes de professor titular, professor adjunto, professor assistente e auxiliar de ensino. No mesmo período, foi assinado um convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (Usaid). Conhecida como acordo MEC/Usaid, a medida tinha como objetivo implantar o modelo privatista estadunidense nas universidades brasileiras, realizando uma profunda contrarreforma universitária.

De acordo com Luiz Henrique Schuch, ex-vice-presidente do ANDES-SN e docente da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), várias disfunções impostas pela ditadura empresarial-militar, no âmbito do acordo MEC/Usaid, ferveram na virada dos anos 1970 para os anos 1980. “Combinavam o estímulo oficial ao crescimento privado, com processos de privatização

“por dentro” e precarização das instituições públicas”, afirma. O docente recorda que algumas dessas disfunções afetavam diretamente o caráter do trabalho docente e tornaram-se, assim, fermento para ampliar o debate nacional e a mobilização.

“A criação de novas universidades federais ocorreu unicamente sob o regime fundacional, nas quais as contratações e salários ocorriam segundo a discricionariedade de cada reitor, já que não caracterizavam ocupação

!! a carreira única do magistério superior era, e ainda hoje é, um fator central na estruturação do ensino superior. !!

de cargos públicos; nas universidades federais mais antigas, de regime autárquico, a carreira docente mantinha a matriz oriunda da “cátedra vitalícia” de inspiração clerical baseada na unção divina, destinada à poucos”, elenca.

Além disso, na segunda metade dos anos 1970, foi imposta uma política de congelamento desses cargos e novos docentes passaram a ser absorvidos por meio de contratos precários, denominados de “colaboradores”, desprovidos de direitos funcionais. “Tal discrepância foi motivo de mobilizações desses do-

centes, inclusive nas greves nacionais entre 1980 e 1984”, acrescenta.

Nesse contexto, em setembro de 1979, foi realizado um Encontro Nacional de Associações Docentes (Enad) extraordinário que encaminhou campanhas salariais em nível nacional, tanto para o setor público como para o setor privado. Na Plenária Final deste Enad, foi aprovado que o dia 26 de setembro de 1979 seria o Dia Nacional de Reivindicações Salariais, Trabalhistas e de Carreira nas Instituições de Ensino Superior, aqui, podemos dizer que começa a luta pela carreira. “Importante resgatar esse encontro que demonstrou como a luta pela carreira docente foi um dos elementos estruturadores da organização coletiva, ainda na época da ANDES. Já nos anos 1980, apesar da incipiente organização em muitas universidades fundacionais, o movimento docente conseguiu se mobilizar em torno dessa pauta e conquistou, com uma greve nacional em 1985, a implantação da carreira única para as 16 Ifes constituídas como fundações. Este foi o primeiro instrumento legal que firmou os direitos e os salários dos professores envolvidos”, lembra Marina Barbosa, ex-presidenta do ANDES-SN e docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Schuch resgata que a vitória da greve de 1985 foi fator decisivo para que se chegasse ao ambiente que tornou possível a conquista do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos

• Docentes das Universidades federais autárquicas promovem greve na luta por condições de trabalho, chamando atenção para as consequências negativas e condições discriminatórias em que estavam os chamados professores colaboradores.

• Tem início o Movimento Diretas Já, pela Redemocratização do país.



e Empregos (PUCRCE), em 1987. “Todo esse processo foi muito positivo pela participação massiva da categoria, com mobilização e consciência dos conceitos em disputa, emanados da proposta do ANDES-SN [ainda a ANDES] para construção da universidade pública brasileira. Apesar dos limites resultantes da negociação com o governo no regime constitucional da época, garantiu estabilidade de direitos, valorização do regime de trabalho em Dedicção Exclusiva e estímulo à formação continuada”, conta o docente.

O Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE foi instituído pelo Decreto nº 94.664 de 23 de junho de 1987, em atendimento a dispositivos da Lei nº 7.596 de 10 de abril do mesmo ano (Lei de Isonomia), alterando dispositivos dos decretos-lei do período ditatorial (DL 200/67 e DL/900/69). A Portaria MEC nº 475 de 26 de agosto de 1987 estabeleceu normas complementares à execução do Decreto.

Tanto para Marina Barbosa quanto para Amauri Fragoso, ex-tesoureiro do ANDES-SN e docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a garantia do PUCRCE explicitou que a luta e a organização coletiva possibilitaram a conquista de elementos estruturantes para o projeto de universidade que o movimento docente discutia e construía, já que se tinha a compreensão de que a carreira única do magistério superior era, e ainda hoje é, um fator central na estruturação do ensino superior.

Ambos destacam que foi a vitória

política de um projeto de universidade organizado sobre valores consignados na Constituição de 1988, tais como: Autonomia de gestão; Democracia; Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Financiamento público; Regime jurídico único; Isonomia com salário integral; Estabilidade; Paridade na aposentadoria; Regime preferencial de Dedicção Exclusiva; Espaço público institucional identificado com sua função de Estado. Por outro lado, foi a derrota dos defensores de que as universidades federais deveriam assumir um estatuto jurídico privado, que os docentes deveriam ser contratados pela CLT e que os salários fossem compostos por uma série de gratificações.

“Importante registrar que, até 1988, a organização nacional era a ANDES, pois ainda não havíamos conquistado o direito de organização sindical para o funcionalismo público, o que aconteceu a partir da Constituição Federal de 1988, quando se torna o ANDES-SN. Esse é um elemento histórico importante porque revela também as disputas no interior da categoria docente sobre o caráter de nossa organização, no qual prevalece a perspectiva sindical sob uma proposta de organização mais acadêmica. E, justamente porque prevalece a ênfase sindical, que fomos impulsionando as lutas coletivas da categoria, e em articulação com demais servidores públicos e movimentos sociais, que galgamos os êxitos na CF/88, entre elas a possibilidade da carreira”, ressaltam Marina e Amauri.

Schuch recorda também que, tanto em 1985 (governo Figueiredo) como

87 (governo Sarney), o ANDES-SN foi o protagonista que “arrombou as portas”, apresentando propostas construídas pela base, com mobilização e fortes greves nacionais, mesmo sem registro sindical, o que só foi garantido após 1988. “É importante lembrar que se travava de um duríssimo embate de projetos para o futuro das universidades federais, uma vez que, naquele momento, o grupo de trabalho denominado “GERES”, constituído pelo governo, estava articulando a destruição do sistema de educação federal pública, exatamente no sentido oposto aos fundamentos do plano único de carreira”, afirma.

A iniciativa foi diagnosticada pelo movimento docente como uma tentativa de dividir as instituições federais em “centros de excelência” e “colegiões de terceiro grau”. Um verdadeiro golpe no padrão unitário de qualidade das Ifes que, caso não tivesse sido revertido, traria sérias implicações para as condições de trabalho dos e das docentes e para a carreira.

“Nossa carreira foi conquistada pela força da luta da categoria. Inicialmente prevista para ser gerida no âmbito da autonomia universitária, previa o estímulo ao desenvolvimento do docente de forma equilibrada, considerando o tempo de serviço, a formação continuada, a avaliação do plano de trabalho no espaço acadêmico coletivo e a valorização da Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial”, acrescenta Marina Barbosa.



1985

• Tancredo Neves é eleito, por voto indireto, o primeiro presidente civil do país após os Anos de Chumbo, mas morre antes de tomar posse.

1986



• ANDES-SN organiza greve nacional dos docentes pela carreira única das universidades fundacionais.

• Portaria do MEC cria o Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior - GERES.

Carreira docente passa por processos de desmonte

“A carreira é a vida toda do professor e da professora. Começa com o concurso público e continua durante toda a aposentadoria”, observa Amauri Fragoso.

A afirmação do ex-diretor do ANDES-SN baseia-se no princípio defendido pelo Sindicato Nacional de que a carreira docente é o elo estruturante da vida profissional docente e do papel social que a instituição de ensino superior pode cumprir na sociedade. Ou seja, sem uma carreira que permita segurança profissional e condições de trabalho, a instituição de ensino não cumpre seu papel na sociedade adequadamente.

“A carreira define a concepção de educação superior, universidade e institutos federais, desta forma, conquistar a nossa carreira, é uma vitória para sociedade, pois esse debate tem relação com as diferentes concepções de instituições de ensino, e por óbvio, de educação, que se confrontam na contemporaneidade. Assim, conquistar a carreira significa também conquistar uma proposta de educação para a sociedade brasileira”, acrescenta Marina Barbosa.

A professora da UFJF ressalta ainda que a estruturação da carreira é também elemento central para as universidades e institutos como polos produtores de conhecimento e de

pesquisa, impulsionando o avanço da ciência.

No entanto, ao longo dos anos, a carreira do magistério superior federal, que estava prevista no PUCRCE, passou por um processo de desmonte, como parte dos ataques à Educação Pública para atender ao projeto neoliberal imposto pelos sucessivos governos, em aliança com a lógica mercantilizadora do ensino e o produtivismo acadêmico. “Apesar dos esforços que o movimento docente tem demonstrado, sofremos derrotas”, lamenta Marina.

Luiz Henrique Schuch pontua que as restrições orçamentárias impostas pelos governos forçaram constantemente o arrocho salarial e o congelamento de vagas na carreira. “De tempos em tempos, quando o “torniquete aperta”, ocorrem levantes de enfrentamento e a primeira válvula de escape acenada pelos representantes oficiais nas mesas de negociação tem sido oferecer migalhas combinando a criação de “penduricalhos” remuneratórios com o enfraquecimento dos vínculos estruturais da carreira, a conhecida desestruturação”, comenta.

O docente da UFPEL destaca que os exemplos mais marcantes foram a criação da GAE, GED, GID e outros “penduricalhos”, em compensação por oito anos de congelamento das tabelas salariais, durante os gover-

nos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e, em 2012, a eliminação do ordenamento estruturante da carreira, vigente no PUCRCE desde 1987.

Em 2007, o governo enviou ao Congresso Nacional o PLP 01/07, que congelava por dez anos os gastos com os servidores públicos e editou o Decreto 6096, que criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), proposta que previa a ampliação da rede federal e a duplicação do número de estudante por docente nas Ifes.

No ano seguinte, editou a Medida Provisória 431/2008, que criou a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Ebt), a classe de professor associado, retirou do corpo do salário o diferencial correspondente à titulação – RT, e generalizou para todo o serviço público federal um sistema de avaliação que vincula parte do salário ao atendimento de metas quantitativas fixadas de fora para dentro. Em 2010, o governo Lula apresentou uma minuta de projeto de lei que pretendia a “estruturação” da carreira docente.

Marina ressalta que a pretensão anunciada, pelo governo, de levar ao Congresso Nacional um projeto de lei, construído “na lógica de seus gabinetes”, reforçou a urgência de que as e os docentes, organizados no ANDES-SN, discutissem o seu pro-

• Docentes das IFES conquistam carreira única por meio do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE.

1987



1988



• Promulgação da nova Constituição brasileira, enquanto o mundo do capital sela o Consenso de Washington. O ANDES-SN se torna o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

• O Muro de Berlim é derrubado e o modelo neoliberal avança sob o emblema do “Fim da História”.

1989



jeto de carreira. Com mobilização e um projeto de carreira consolidado e desejado pela própria categoria, seria possível garantir uma negociação efetiva com o governo e avançar em conquistas para o movimento docente, reflete a ex-presidenta do Sindicato Nacional. “O objetivo de construirmos o nosso projeto de carreira para as Instituições Federais de Ensino foi garantir não só os nossos direitos, mas também a existência da universidade pública de qualidade. Com o acúmulo das discussões ao longo de 42 anos de lutas, o ANDES-SN tem convicção de que a carreira docente está intimamente ligada ao modelo de universidade que se quer construir”, afirma.

Construção do Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal

Com o objetivo reverter o quadro de perdas, que desfigurou completamente a carreira docente, e forçar uma negociação efetiva sobre o tema com o governo, o ANDES-SN mobilizou sua base a construir uma nova proposta de carreira, conforme deliberação do 55º Conad, realizado em junho de 2010, Fortaleza (CE). Durante todo o segundo semestre daquele ano, a categoria se debruçou no debate baseado em sete eixos: Pressupostos sobre o ambiente em que o trabalho docente deve ser

exercido; Fatores que devem incidir no desenvolvimento do docente na carreira; Carreira única - cargo único;

Estrutura; Isonomia em salário global – uma linha só no contracheque; Transposição da situação anterior para a situação nova; Mobilização – Trabalho de Base.

Em 2011, após um longo processo de debate junto à categoria, foi aprovada, durante o 30º Congresso do ANDES-SN, em Uberlândia (MG), a proposta de projeto de lei para o Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal, que unifica as carreiras do Ebt e do Magistério Superior. A partir de então, o Sindicato Nacional empenhou esforços em negociar com o governo federal a implementação desse plano.

Clique no QR Code para conhecer o Projeto aprovado no 30º Congresso do ANDES-SN



A greve de 2012 e o desmonte do PUCRCE

No mesmo ano, após a realização de diversas reuniões com os ministérios do Planejamento e Gestão (Mpg) e da Educação (MEC), foram

constituídos grupos de trabalho, em conjunto com outras entidades sindicais, como o Sinasefe, para negociar a reestruturação da carreira docente. No entanto, diante da intransigência e impossibilidade de avanços, a categoria docente deflagrou, em 2012, uma greve histórica, com a adesão de quase todas as Universidades Federais e diversos Institutos Federais.

A paralisação durou quatro meses, durante os quais o Sindicato Nacional buscou dialogar com parlamentares, governo e sociedade em geral sobre a importância da luta em defesa da Educação e da valorização da carreira docente. “A greve grandiosa mobilizou a categoria e a sociedade em torno do tema educação superior, situação das IFEs e valorização do trabalho docente, demonstrou capacidade ímpar do nosso sindicato em estabelecer negociação ao apresentar muitas alternativas nas mesas com governo, apoiado na mobilização da base”, lembra Marina. “Essa greve do movimento docente, no âmbito federal, marcou o retorno da utilização desse instrumento de luta após quase sete anos no Setor das Federais”, acrescenta.

No entanto, em uma manobra para desmobilizar a categoria e implementar a mudança que desejava, o governo da época assinou um acordo com uma federação sindical criada em 2008, dentro do governo petista, e que atuou à revelia inclusive das poucas instituições federais que afirmava representar. “Infelizmente,



1990

• Impeachment de Collor – Itamar Franco assume a presidência do país.

1992

• Collor é o primeiro presidente do país eleito por voto direto após a Ditadura Militar e assume com o discurso de “Caça aos Marajás”.



1994

• Fernando Henrique Cardoso assume seu primeiro mandato com o presidente do Brasil.

o acordo firmado em 2012, e consequentes mudanças impostas a partir dele, trouxeram insegurança à categoria

a opção política do governo foi fazer acordo com a entidade construída durante seu governo, com base numa concepção de sindicalismo de colaboração de classes, num claro desrespeito à mobilização e deliberação da categoria docente da base do ANDES-SN e fechar uma proposta que desestruturava a carreira docente e impunha perdas significativas”, lamenta Marina.

A docente resgata que, ao largo das reivindicações da categoria docente, o governo federal apresentou um projeto de lei, acordado com o Proifes, que, em dezembro daquele ano, tornou-se a Lei nº 12.772/2012, contendo o Novo Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal. Diante de uma série de incongruências e ambiguidades existentes na Lei, foi editada a Medida Provisória nº 614, em maio de 2013, transformada na Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, promovendo alterações no Plano e modificando dispositivos de outras leis que também interessam aos e as docentes. Finalmente, em julho de 2016, entrou em vigor a Lei 13.325, trazendo as mais recentes

mudanças nas carreiras, especialmente quanto à progressão, além de atualizar as tabelas remuneratórias.

A partir de 1º de março de 2013, as carreiras de magistério superior e do ensino básico, técnico e tecnológico passaram a ser regidas pelo Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, criado através da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 e modificada em parte pelas Leis nº 12.863/2013 e nº 13.325/2016. “Em termos gerais, a Lei nº 12.772/2012 desestruturou as Carreiras já existentes de Magistério Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, antes vinculadas às Leis 7.596/87 (PUCRCE) e 11.784/08 (Ebtt), aglutinando-as em um mesmo Plano. Além disso, no que tange ao magistério federal, o Plano criou os cargos isolados de provimento efetivo de Professor Titular-Livre, tanto para o MS, quanto para o Ebtt. Resumindo, muitos de nós concordariam que foi a pá de cal!”, afirma a ex-presidenta do Sindicato Nacional.

Marina reforça que o acordo firmado em 2012, e as consequentes mudanças impostas a partir dele, trouxeram insegurança à categoria, não permitindo ter, ao entrar no magistério, mecanismo definidores de pertencimento como tempo de serviço, valorização da titulação, possibilidade real de formação continuada de modo que, ao final, todas e todos que integram a carreira docente estejam numa condição equânime, podendo atingir o mesmo patamar. “Além de favorecer, por dentro, a

reforma da Previdência, por destituir os aposentados e aposentadas dos direitos de todos. As perdas históricas são muitas!”, critica.

Para Luiz Henrique Schuch, estas medidas representaram ruptura de direitos, perda da segurança remuneratória, arrocho discriminatório aos aposentados e às aposentadas e a desvalorização da Dedicção Exclusiva. “Até 2012, a remuneração do docente em DE representava 3.1 vezes aquela do docente em regime de 20h. Hoje, foi reduzida apenas ao que seria o regime de 40h de trabalho semanal sem DE, isto é, o estímulo acabou. As/os aposentadas/os sofreram um verdadeiro golpe em 2012, uma vez que o posicionamento da maioria foi nitidamente empurrado para baixo”, lembra.

Schuch conta que houve uma revolta muito grande das aposentadas e dos aposentados, que foram “empurrados para baixo”. O impedimento de acesso ao cargo de professor Titular durante quase duas décadas determinou o final da carreira (e a aposentadoria) na posição de Adjunto 4, justamente a posição relativa que foi calcada, tanto pela fórmula remuneratória como pela criação de nova classe acima (Professor Associado), com 4 níveis. “Ficou claro que a margem de progressão aberta à nova classe de Associado foi em parte coberta financeiramente pelo achatamento dos aposentados. Chegamos a denunciar na mesa de negociações que o governo, com res-

- Lançamento do número 1 dos Cadernos MARE da Reforma do Estado, pelo Ministro Bresser Pereira: mesmo ano do Acordo MEC/ANDIFES que resultou em 35% a mais de estudantes nas IFES, sem aumento de orçamento, sem novas vagas docentes, o que resultou na explosão de contratação de professores substitutos.

- Fernando Henrique Cardoso é reeleito presidente do Brasil.
- Presidente FHC edita sua Reforma da Previdência.

1997



1998

- Edição da Lei 9678, instituidora da GED - Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, que voltou a dividir o salário, condicionando à obtenção de pontuação, apesar da greve nacional que rejeitou a iniciativa governamental.



paldo do Proifes, estaria praticando uma minirreforma previdenciária específica para retirar direito das/os aposentadas/os docentes”, explica.

Segundo o docente da Ufpel, chegou-se ao ponto em que o cálculo exato das perdas salariais se tornou individual, uma vez que foram abolidos os critérios estruturais que compõem a remuneração, em mais um elemento que estimula o individualismo. “Só tem sido possível apontar um “índice médio” para negociação de perdas salariais da categoria”, acrescenta.

Ele destaca ainda que outros dois impactos negativos muito evidentes após o acordo firmado em 2012 foram a desvalorização do regime de DE, tanto do ponto de vista conceitual como remuneratório, e a diferenciação de tratamento funcional aos professores e às professoras da carreira Ebt, principalmente as exigências em seus planos de trabalho, liberdade acadêmica e sistemas de controle.

Amauri Fragoso também ressalta que, a partir de 2012, todas as relações criadas com os *steps* (degraus) - que geravam toda a malha salarial -, foram destruídas. Inclusive, a relação principal entre os regimes de trabalho. “Então, é importante que nós, professores e professoras, entendamos que temos que pensar na carreira como um processo de construção de malha salarial, não apenas numérico, algébrico, mas a partir da concepção de universidade e educação que defendemos”, reflete.

O que a categoria docente perdeu desde a década de 1990:

- A autonomia para a administração da carreira, pois todos os procedimentos têm sido arbitrados pelo Ministério do Planejamento;
- A remuneração por tempo de exercício da docência, pois houve a extinção dos anuênios;
- A isonomia salarial, o salário hoje voltou a ser composto por retribuição por titulação e o vencimento básico, e este foi reduzido à menor parcela do salário.
- O compromisso com a valorização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como atividade acadêmica, pois, ao contrário, estamos sendo submetidos a um processo que segmenta as atribuições e a correspondente remuneração;
- A condição de avaliação institucional e, como parte dela, a avaliação do trabalho docente (Lei 11.784, de 22/09/2008), pois esta lei estabeleceu critérios gerais para a avaliação de todos os servidores públicos;
- O padrão salarial na aposentadoria, pois as várias contrarreformas da previdência romperam com o direito à paridade e integralidade, especialmente para aqueles docentes que ingressaram no serviço público após 2003.
- O nível salarial em comparação com outras categorias do serviço público federal, tidas como “típicas de Estado”, pois vimos enfrentando uma política deliberada de subvalorização dos servidores encarregados de realizar as políticas sociais;
- O piso atribuído ao professor do nível remuneratório inicial (nível 1), em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais como gerador da malha salarial;
- Níveis remuneratórios da Carreira determinados mediante variação crescente dos valores, a razão de (5%) cinco por cento, por nível remuneratório;
- Valor referente ao nível remuneratório de acréscimo devido à titulação fixo, hoje depende do regime de trabalho;
- Programa de capacitação permanente de seu corpo docente em cada IFE.

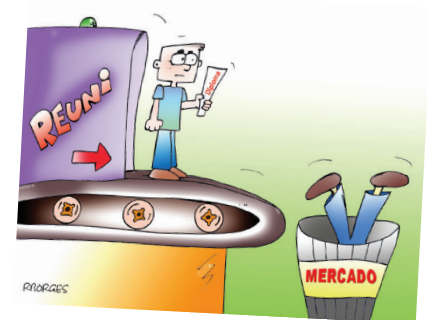


2003

• Lula é reeleito presidente do Brasil.



2006



2007

• Lula assume seu primeiro mandato na presidência do Brasil – Reforma da Previdência de Lula enfrenta os movimentos sociais e impõe cobrança previdenciária aos aposentados e extingue a aposentadoria com vencimento integral para servidores públicos.

• O governo envia para o Congresso o PLP 01 que congela por dez anos os gastos com os servidores públicos e edita o Decreto 6096 que criou o REUNI, programa que previu a duplicação do número de alunos por professor nas Ifes.

ANDES-SN intensifica luta pela carreira única

Após a implementação do novo Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, em 2012, com alterações em 2013 e 2016, a categoria docente seguiu em luta pela reestruturação da malha salarial, por um plano de carreira único para docentes federais e pelo reposicionamento de aposentados e aposentadas.

Amauri Fragoso ressalta que, para isso, é preciso retomar alguns aspectos importantes que foram perdidos nos últimos anos. Primeiro, a relação de *steps* (degraus) no processo de progressão vertical. É preciso defender uma definição muito clara de como avançar nos *steps* e ter uma malha salarial estruturada, gerada a partir de um piso salarial e que caracterize a horizontalidade e verticalidade em um padrão de amplitude que garanta uma razoabilidade entre o maior salário e o menor salário, afirma.

Fundamental levar em consideração, também, os regimes de trabalho e a prioridade da dedicação exclusiva. “A universidade brasileira tem como pilar a dedicação exclusiva. Esse deve ser o regime preferencial de nossa carreira, que a maioria dos professores sejam contratados com dedicação exclusiva, e as exceções possam ser contratadas como professores T20 [regime de 20 horas de trabalho], em casos necessários como médicos, advogados e alguns aspectos que já temos definidos no nosso plano. E, depois disso, definir os patamares de titulação, claramente pensando em apenas uma linha no contracheque, sem

pensar em nenhuma nomenclatura que designe reconhecimento de algum saber do professor ou também da sua própria titulação. Nós temos que ter uma linha só no contracheque, que englobe o seu regime de trabalho e a sua titulação”, explica Fragoso.

O docente defende ainda retomar a relação entre os regimes de trabalho nos patamares do início dos anos 90, quando o salário de docentes com jornada de 40 horas era duas vezes o salário para jornada de 20 horas. Já a remuneração para dedicação exclusiva era 3,1 vezes o T20, pois assim valorizaria a escolha pelo trabalho exclusivamente realizado nas universidades. Fragoso destaca a necessidade de ampliar o diálogo com a categoria sobre carreira única, tendo como referência a história, mas levando em consideração as profundas modificações impostas nas últimas décadas.

Importância da carreira única

Embora tanto a carreira do Magistério Superior quanto a do Ebtb estejam previstas na mesma lei, aprovada em 2012, e modificada posteriormente, o atual Plano de Carreira contém especificidades que segregam a categoria docente, impondo condições diferentes de trabalho e de progressão. Além disso, docentes dos Colégios de Aplicação, Cefets e Institutos Federais têm mais dificuldades e menos estímulos para desenvolver pesquisas e projetos de extensão ao longo da vida profissional.

Jennifer Webb, 1ª tesoureira do ANDES-SN, destaca a importância da adoção, para

os docentes do Ebtb, de uma carreira única, que valorize a dedicação exclusiva e o tripé ensino-pesquisa-extensão, além da progressão. Segundo ela, muitos docentes deixam de progredir na carreira devido às dificuldades impostas pela burocracia e desconhecimento dos processos, ausência de estímulo, além da intensificação do trabalho, o que leva muitos a deixarem a evolução em segundo plano.

A diretora do ANDES-SN destaca também que o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), estabelecido com a lei aprovada em 2012, dificulta a luta por isonomia e por carreira única. “Para além do nosso acúmulo na luta, temos produção acadêmica para sustentar nosso argumento de que o RSC foi um engodo que colocaram para nos afastar da pesquisa e da produção de ciência no Ebtb. O RSC compõe um conjunto de políticas, no qual se inclui, as regulações da Portaria 983/2020, que afastam docentes Ebtb da pesquisa e da extensão”, afirma.

“A gente não aceita penduricalhos, e o RSC é um penduricalho. A fragilidade legal [do RSC] não pode permitir que a gente o defenda. Isso não quer dizer que não vamos solicitar, porque é o que está posto. Mas temos que avançar na conquista de um projeto de carreira única, com uma linha só no contracheque”, acrescenta Jennifer.

Ajustes no projeto

Na avaliação dos ex-diretores do ANDES-SN, é necessária uma atualização do



2008

• Edição da Medida Provisória 431, que criou a carreira da EBTT, criou a classe de professor associado, retirou do corpo do salário o diferencial correspondente à titulação – RT, e generalizou para todo o serviço público federal um sistema de avaliação que vincula parte do salário ao atendimento de metas quantitativas fixadas de fora para dentro.

• Governo Lula apresenta minuta de projeto de lei que “estruturação” da carreira docente.

2010



2011

• Dilma Rousseff assume a Presidência da República.

• Docentes realizam quatro meses de greve em luta por reestruturação da Carreira.

• Governo assina acordo com Proifes, que desmonta o PUCRCE.

2012



projeto de carreira única aprovado em 2011, considerando as mudanças impostas ao longo dos anos, como a criação de uma nova classe e da figura que permite equivalência à pós-graduação na carreira Ebt (o RSC), para oferecer soluções que propiciem uma transposição adequada.

Além disso, é preciso levar em consideração o fato de que a maioria dos professores e das professoras que ingressam na carreira de magistério superior já porta o título de doutorado, o que anula aquilo que já foi um motivador importante para a progressão funcional: a formação continuada. Outra questão apontada é o formato dos concursos públicos, um instrumento tão importante para garantir a igualdade de acesso, que não pode ser usado por alguns setores como um “jogo de carta marcada”.

“Os impactos do perfil docente no tempo para se chegar ao topo, assim como o tempo de congelamento neste patamar, que foi imposto pelo acordo assinado [em 2012] são também pontos a serem debatidos. Soma-se a isso a imperiosa necessidade de debater os impactos que a contrarreforma da Previdência impõem à carreira. Articular as lutas por carreira e contra a perda de direitos previdenciários é urgente. Enfrentar esse debate na categoria, discutir se vamos fazer mudanças em nossa proposta de carreira, para responder ao perfil docente e fortalecer o projeto de educação superior que defendemos num novo contexto de contrarreformas da Previdência, desafiar o governo a negociar conosco e fortalecer o projeto de educação voltado a fortalecer a pesquisa, ciência e tecnologia no país, com democracia nas

instituições e valorização docente a partir da mobilização da categoria nos parece ser uma das nossas tarefas como sindicato, a partir de um grande movimento em nossas bases”, afirma Marina Barbosa.

Amauri Fragoso reforça que a carreira docente, seja no Magistério Superior ou no Ebt, é um projeto de vida, que se inicia com a entrada na vida acadêmica e deve

se encerrar com aposentadoria digna. “A carreira docente precisa ser um processo coerente com o nosso projeto de universidade e de Educação, que tenha uma malha salarial consistente e que permita saber como começa e como termina”, ressalta. “Temos também que retomar a luta pela aposentadoria integral para todas e todos, para termos uma carreira digna”, conclui.

Campanha 2024 pauta reestruturação da Carreira

Desde o início de 2023, o ANDES-SN está buscando abertura de negociação com o governo para pautar o debate sobre a carreira docente. Após muita cobrança, o Sindicato Nacional conseguiu a instalação, em 4 de setembro, da Mesa Específica e Temporária para tratar da carreira docente.

Naquela reunião, foi abordada a metodologia de discussão das carreiras. Foi definido que, na próxima reunião, que aconteceu no dia 3 de outubro, seria feita a apresentação das propostas. “Nós fizemos a nossa apresentação de proposta do projeto de lei que foi aprovado no 30º Congresso do ANDES-SN, em Uberlândia, em 2011. Esse é um projeto bastante importante e significativo, em primeiro lugar porque foi fruto de muito debate da categoria e representa o que temos acumulado até hoje em relação à carreira. O segundo aspecto é porque ele é absolutamente inovador no sentido de propor a unificação de carreiras do magistério superior com carreiras de docentes de Ebt”, conta Lucia Lopes, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN.

Lucia destaca que essa unificação se baseia numa concepção de que a educação deve se desenvolver de forma que seja assegurada a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão. E isso deve ocorrer tanto no nível médio como no nível superior. “Essa concepção, que é permeada por essa visão e também pela valorização do trabalho docente, é o que justifica a existência dessa carreira única”, destaca.

De acordo com a diretora do Sindicato Nacional, após a apresentação, ficou acordado que para as próximas reuniões as entidades da bancada sindical (ANDES-SN e Sinasefe) pontos de acordo, nas propostas de ambas entidades, que possam ser levados à mesa para debater com o governo.

“Existe apenas na LOA [2024] até agora, R\$ 423 milhões destinados a carreiras. Isso é absolutamente insuficiente, não tem a menor condição de atender a qualquer demanda. A avaliação que a gente tem é que, muito possivelmente, esse debate sobre carreira, de um modo geral, pode se prolongar um pouco mais”, avalia. Para ela, isso vai depender também da pressão que a categoria será capaz de impor com sua mobilização.

• Governo cria o Funpresp, em mais uma reforma da Previdência do funcionalismo federal. O Fundo tem baixa adesão da categoria docente, devido a uma exitosa campanha informativa do ANDES-SN.



2015

• Golpe derruba Dilma Rousseff durante seu segundo mandato. Após um golpe parlamentar-jurídico-midiático e Michel Temer assume em 31 de agosto de 2016.



2016



• Docentes fazem uma greve de 139 dias por melhores condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e reajuste salarial para ativos e aposentados.

• Entre outubro e dezembro, estudantes realizam ocupação de centenas de escolas pelo Brasil contra a Reforma do Ensino Médio e milhares vão às ruas em defesa da Educação.

Projeto de Carreira do ANDES-SN também é referência para **luta nas Estaduais**

O projeto de carreira única para docentes do ensino superior é uma aspiração histórica do movimento docente. Em vários estados, os princípios do Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira, constantes no Caderno 2, e a proposta elaborada pelo ANDES-SN e aprovada em 2011, no 30º Congresso da categoria, têm servido de referência para a luta do Setor das Instituições Estaduais e Municipais do Ensino Superior (lees/Imes).

Alexandre Galvão, 2º secretário do ANDES-SN, lembra que, na década de 1990, o Sindicato Nacional já havia aprovado os 14 princípios que fundamentaram a proposta de carreira única para o magistério das IES e serviu de referência para a luta nos estados. “É interessante perceber que, nessa proposta, já estava muito claro a sustentação de um plano de carreira única, que procurava garantir um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira”, destaca. “Isso é interessante, porque o sindicato vai, a partir dos anos 1990, fazendo essa discussão e enfrentando os desa-

fios colocados no âmbito federal, estadual, municipal”, acrescenta.

Para o diretor do Sindicato Nacional, enquanto não se alcança a carreira única em todas as esferas, os setores apresentam propostas que devem ser entendidas como parte de uma política de transição, a partir dos eixos e princípios orientadores do projeto do Sindicato Nacional.

em quase todos os estados os ataques à carreira e aos direitos da categoria docente também se assemelham aos experimentados na esfera federal

Diferentes padrões e diversas realidades

Além da categoria docente das lees estar dividida em vários estados, o que significa ter diferentes governos como padrões, muitas universidades da mesma unidade

federativa possuem planos de carreiras diferentes, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, por exemplo. Já em outros estados, como a Bahia e o Ceará, há um Estatuto do Magistério que rege a carreira dos docentes de todas as universidades estaduais. “Esse Estatuto, inclusive, é uma vitória do movimento docente”, afirma Galvão, em referência ao caso das quatro estaduais baianas.

Em muitos estados, os estatutos e legislações que versam sobre a carreira docente também contemplam cargos, carreiras e remunerações de trabalhadores técnico-administrativos e, em alguns casos, de demais servidores e servidoras do estado.

Esse é o caso, por exemplo, do Amazonas, que tem o Estatuto De Professores E Técnicos; do Pará, cuja legislação trata do agrupamento de cargos, constituindo a trajetória profissional do servidor; da Paraíba, que engloba as e os trabalhadores da universidade; do Mato Grosso do Sul, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Fundação Universidade Estadual de Mato

• **Greve Geral e Ocupa Brasília – A classe trabalhadora intensifica as manifestações contra as contrarreformas da Previdência e Trabalhista. Em abril, o ANDES-SN participa da construção da Greve Geral.**

Em 24 maio, docentes de todo o país se somam a mais de 150 mil manifestantes no Ocupa Brasília, ato que tomou a Esplanada dos Ministérios. A mobilização conseguiu barrar a tramitação da Reforma da Previdência naquele ano.

• **Em março é decretada a pandemia mundial de Covid-19, que impôs enormes desafios à classe trabalhadora. A imposição de um suposto “Ensino Remoto Emergencial” significou perda de direitos e precarização das condições de trabalho para docentes em todo o país. A luta pela vida, por vacina, por comida e pelo direito à educação de qualidade e condições de trabalho pautaram as ações do ANDES-SN.**

2017



2019

• **O candidato da extrema direita Jair Bolsonaro assume a Presidência da República, dando início a quatro anos de muitas lutas para barrar sua política de desmontes e retrocessos.**

2020



Grosso do Sul; do Paraná, que trata das Carreiras Do Pessoal Docente E Técnico-Administrativo Das Instituições De Ensino Superior Do Estado Do Paraná; e de Santa Catarina, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina.

Galvão destaca que, analisando os planos de carreira de diversas Instituições de Estaduais de Ensino Superior, principalmente daquelas em que os docentes são da base do ANDES-SN, percebeu-se, num aspecto geral, que há uma proximidade muito grande com os eixos e princípios presentes no Caderno 2. São comuns a valorização do tempo de serviço, a formação continuada, a titulação, em quase todos os planos. O último estado em que a categoria conquistou um plano de carreira que se assemelha muito ao proposto pelo ANDES-SN foi o Rio Grande do Norte, na Uern, comenta o diretor.

Ele aponta ainda que, em relação aos princípios, uma das primeiras diferenças está em considerar a dedicação exclusiva como regime de trabalho. “Apesar de termos uma maioria de planos de carreiras estaduais em que a dedicação exclusiva é regime de trabalho, nós temos estados em que a dedicação exclusiva é gratificação, como nos estados do Amazonas e do Ceará”, exemplifica. No Amazonas, conta o

docente, a gratificação da DE está vinculada a projetos de pesquisa, a cada dois anos.

No Rio de Janeiro, após uma longa disputa, a categoria docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) garantiu a constitucionalidade da Dedicação Exclusiva (DE) como regime de trabalho de docentes da universidade. Antes, a Dedicação Exclusiva não era direito assegurado, mas era paga como um adicional, o que acabou prejudicando a aposentadoria das e dos docentes.

Mesmos princípios, ataques semelhantes

Assim como a grande maioria dos planos de carreira das Estaduais trazem princípios defendidos no Caderno 2 e nos eixos do Plano de Carreira Única defendido pelo Sindicato Nacional, como indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o ingresso por concurso público e a paridade entre direitos de ativos aposentados, capacitação docente, divisão em classes e níveis, em quase todos os estados os ataques à carreira e aos direitos da categoria docente também se assemelham aos experimentados na esfera federal.

“A gente percebe que, nos vários estados, essas carreiras estão próximas e até parecidas, mas a gente também começa a perceber, ao longo dos anos, que

os governos estaduais, independente dos partidos, começam a atacar a carreira dos docentes, principalmente nos últimos 20 anos. Esse ataque à carreira dos docentes das estaduais tem se dado principalmente, pelo não cumprimento das leis dos planos de carreira”, afirma Alexandre.

Ele pontua que entre os desmontes estão a dificuldade imposta à solicitação de mudança de carga horária, principalmente para dedicação exclusiva; não abertura de novos cargos e vagas para permitir a promoção – o que depende em muitos casos de aprovação; e a não-realização de concursos públicos, o que resulta em um quadro de ampla contratação de docentes substitutos, muitas vezes sem isonomia e em situações precarizadas.

“É importante lembrar que, nesse momento, as estaduais do Maranhão, Uema e UemaSul, estão em greve e a primeira vitória dessa greve foi relacionada à carreira, porque eles conseguiram que os professores substitutos ganhem o salário de acordo com a sua titulação”, lembra Galvão.

“Muitos estados já estão também aplicando aumentos salariais diferenciados entre ativos e aposentados, o que de fato é uma afronta ao nosso projeto, aos nossos princípios de plano de carreira estabelecidos no Caderno 2”, acrescenta o diretor do ANDES-SN.



• Após um período eleitoral conturbado, sob ameaças de golpe da extrema direita, Luiz Inácio Lula da Silva toma posse para exercer seu terceiro mandato. Tem início a Campanha Salarial 2024 em nível federal e são deflagradas greves em diversos estados do país.



2023



A luta por carreira nos estados

Nilson Cardoso – Sinduece SSind.

O processo que deu origem à carreira das três universidades do Ceará foi uma luta conjunta que iniciou em 2005, com três greves: 2005, 2006, 2007. Foi um conjunto de ações que decorreram de greves em função da alta carência de professores, do sucateamento que a gente vivenciava na época, e também de uma desvalorização terrível que os professores sofriam. Essa unidade foi uma estratégia, porque a gente entende que as três universidades têm a mesma função social, portanto, a mesma carreira.

Em 2008, esse plano foi aprovado, e, para acolher as pessoas que ainda eram só graduadas ou especialistas na época, temos o nível auxiliar, além de assistente, adjunto e associado. Nós temos também o nível titular, e, como era feito, antigamente, até nas federais, para um professor chegar a titular, teria que fazer um novo concurso.

Hoje, nós vivemos uma dificuldade com a Urca, com a falta de disponibilidade de cargos no nível de associado, e as três sessões sindicais têm atuado em conjunto para reverter essa situação. Essa unidade é boa porque nos dá peso frente ao governo do estado, nos coloca uma unidade para agir conjuntamente na defesa da docência no ensino superior nas universidades estaduais do Ceará.

Elson Moura Dias Junior - Adufs-BA SSind.

Para conquistarmos a versão atual do Estatuto do Magistério Superior das universidades estaduais da Bahia, foram necessárias: três greves (1987, 2001 e 2002), mobilizações, negociações, debates internos e acúmulo de debates no sindicato nacional (na década de 90). Nesta versão (2002), resultado de uma intensa correlação de forças, destaca-se: a) os níveis na carreira; b) os interstícios entre as classes e a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho; c) Gratificação de Estímulo às Atividades Acadêmicas e regulamentação do afastamento para pós graduação, d) estruturação dos cargos de natureza acadêmico-administrativa nas universidades.

Ignorando tudo isso, nos dois mandatos do ex-governador Rui Costa (PT), enfrentamos ataques ao Estatuto. O atual governador Jerônimo Rodrigues, também do PT, segue a cartilha do seu antecessor e insiste em, por exemplo, retirar o direito à redução da carga horária de sala de aula.

O movimento docente da Bahia, organizado no Fórum das AD's, vem, ano a ano, exigindo através das suas lutas o respeito ao Estatuto do Magistério Superior. Assim, defendemos nossa categoria e honramos a história daqueles e daquelas que iniciaram este embate em 1987.

Michele Schultz – Adusp SSind.

A luta das estaduais paulistas sempre foi por isonomia na carreira docente. Embora os níveis da carreira sejam os mesmos, a promoção ou progressão na carreira se dá de diferentes formas entre Unesp, Unicamp e USP.

A carreira docente tem sido paulatinamente desvalorizada por meio da precarização das condições de trabalho, pela não reposição do quadro docente, pelo produtivismo exacerbado, e pela retirada de direitos, em especial, pela reforma da previdência que sequestrou o direito à aposentadoria integral com paridade. Esta última não apenas criou uma espécie de subcategorias entre docentes que ingressaram antes de 2003, entre 2003 e 2013 e depois de 2013, como também tornou muito menos atrativa a opção pela carreira universitária. Numa tentativa de amenizar os efeitos causados por esses processos, temos lutado pela valorização salarial dos níveis iniciais da carreira.

Devemos ainda considerar os ataques à carreira docente desferidos mais recentemente pelas gestões da USP e da Unicamp: o uso abusivo (e ilegal) de contratação de docentes temporários e as propostas de medidas que permitem que estagiários de pós-doutoramento possam dar aulas na graduação. Colegas com doutorado, com plenas condições de ingressarem por concurso público na carreira docente para executar atividades de ensino, pesquisa e extensão em dedicação exclusiva, são submetida(o)s a condições de exploração, sem garantias trabalhistas, para exercício de função docente.

Ronaldo Gaspar – SindiprolAduel SSind.

No Paraná, além dos problemas gerais do sindicalismo atual (baixa participação, desmobilização, dificuldade de renovação de quadros) e de um governo estadual de feição ultraliberal, há a dificuldade extra de termos universidades muito distintas entre si. Em algumas, especialmente as mais jovens, a existência de vários campi distantes uns dos outros e a precariedade e mau funcionamento das instâncias internas de deliberação também atrapalham muito a organização sindical.